



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO 26/2018.

APOSTILA 03 AO CONTRATO 26/2018 (evento [0363053](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0001696-82.2018.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 47/2018

Contrato celebrado entre a União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda – EPP, CNPJ 08.775.721/0001-85, para prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, nos prédios da justiça eleitoral, localizados no interior do Estado de Rondônia.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, por meio do DESPACHO Nº 887/2022 - PRES/DG/GABDG, de 13/07/2022 (evento [0858328](#)) RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento na com fundamento na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato 26/2018 (evento [0363053](#)), no art. 12 do Decreto Federal 9.507/2018, no Acórdão 1563/2004/TCU e no art. 54 e seguintes, da Instrução Normativa 05/2017/SLTI/MPOG, para:

I - Registrar a Repactuação de 11,18% (onze inteiros e dezoito centésimos por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 1º/01/2022, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2022/2023 (evento [0816783](#)), conforme detalhamento abaixo e conforme planilha de composição de custos juntada no evento 0823745 do Processo SEI respectivo:

Reflexos da convenção coletiva de 2022/2023, para efeito desta repactuação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Alteração dos salários de servente de limpeza de R\$ 1.256,25 para 1.397,58 (reajuste de 11,25%) - Cláusula Terceira da CCT/2022;

2. Alteração do auxílio alimentação de R\$ 440,00 para R\$ 500,00 - Cláusula Décima Quinta da CCT/2022;

3. Alteração do auxílio transporte de R\$ 100,00 para R\$ 112,00 - Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Sétimo da CCT/2022;

4. Manutenção do pagamento de adicional de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40%, Cláusula Décima Segunda da CCT/2022, aplicado sobre o salário mínimo nacional em vigor (R\$ 1.112,00); e

5. Alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

Fonte: Informação n. 78/2022/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0823785](#)).

Alterações nos valores homem/mês e mensal:

Mão de Obra/Quantidad es	VALOR ATUAL HOMEM/MÊ S	VALOR ATUAL MENSA L 21 POSTOS	VALOR HOMEM/MÊS C/ REPACTUAÇÃ O 2022	VALOR MENSAL C/ REPACTUAÇÃ O 2022
Servente de Limpeza com insalubridade/21	R\$ 3.855,95	R\$ 80.974,9 5	R\$ 4.287,22	R\$ 90.031,62

Fonte: Informação n. 78/2022/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0823785](#)).

II - Em decorrência da repactuação registrada nesta Apostila, incidiu ao contrato o valor de **R\$ 108.680,04** (cento e oito mil seiscientos e oitenta reais e quatro centavos), correspondente à atualização contratual na ordem

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **5,71%** (cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento), de acordo com o quadro abaixo:

VALOR TOTAL ATUAL DO CONTRATO		(A)	R\$ 1.903.269,84
Valor atual mensal dos serviços (2021)	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2022	Valor do saldo atual do Contrato	
R\$ 80.974,95	12	(B)	R\$ 971.699,40
Estimativa de Horas Extras:		(C)	R\$ 24.000,00
VALOR DO SALDO ATUAL DO CONTRATO (B+C):		(D)	R\$ 995.699,40
Valor mensal c/ repactuação de (2022)	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2022	Valor atualizado do saldo do Contrato	
R\$ 90.031,62	12 meses	(E)	R\$ 1.080.379,44
Estimativa de Horas Extras:		(F)	R\$ 24.000,00
VALOR ATUALIZADO DO SALDO DO CONTRATO (E+F):		(G)	R\$ 1.104.379,44
VALOR DA REPACTUAÇÃO (G - D)		(H)	R\$ 108.680,04
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO (H/A):		(I)	5,710%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM A REPACTUAÇÃO DE 2022 (A+H)		(J)	R\$ 2.011.949,88

Fonte: Informação n. 78/2022/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0823785](#)).

III - A presente repactuação tem efeitos financeiros retroativos a 1º/01/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

V - As despesas com esta repactuação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 0100000000, consoante Nota de Empenho 2022NE000145 (Reforço), de 14/07/2022 (evento [0859647](#)), a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário..

VI - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a **Contratada deverá oferecer**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, **complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 5.434,00** (cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

VII – Considerando os valores desta repactuação, do contrato originário e das repactuações anteriores e para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 749/2010–Plenário), registre-se que o valor total atualizado deste contrato passa a ser de R\$ 2.011.949,88 (dois milhões, onze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

VIII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

IX - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita e no Anexo I deste instrumento consta o resumo do histórico desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 15 de julho de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA 03 AO CONTRATO N. 26/2018/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO (Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas*):

Contrato/Termo Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada termo aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão registrado em cada termo aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 26/2018 (assinado em 24/11/2018) - Volume VIII do PA (evento n. 0363053) Vigência de 24 meses, a contar de 02/01/2019. (Garantia: R\$ 86.700,00)	<u>R\$ 1.734.000,00</u>	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 22/07/2019 – Volume X do PA (evento 0436491) Repactuação CCT 2019/2019 que impactou o valor do contrato em 4,552% (R\$ 78.927,84), a contar de 1º/01/2019 + alteração de redação dos itens I e II da	<u>R\$ 78.927,84</u>	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cláusula Décima Sétima do contrato originário. (garantia: R\$ 3.946,39)		
Apostila n. 01, assinada em 16/07/2020 – Volume XII do PA (evento 0560247) Repactuação CCT 2020/2020 que impactou o valor do contrato em 2,234% (R\$ 40.501,44), a contar de 1º/01/2020. (garantia: R\$ 2.025,07)	<u>R\$ 40.501,44</u>	-
Termo Aditivo n. 02, assinado em 26/10/2020 – Volume XIII do PA (evento 0609749) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 02/01/2021 até 01/01/2023. (garantia: R\$ 93.485,88)	R\$ 1.869.717,68	
Apostila n. 02, assinada em 13/08/2021 – Volume XV do PA (evento 0726165) Repactuação CCT 2021/2021 que impactou o valor do contrato em 2,69% (R\$ 49.840,56), a contar de 1º/01/2021. (garantia: R\$ 2.492,03)	<u>R\$ 49.840,56</u>	-
Apostila n. 03, assinada em ____/07/2022 – Volume XVII do PA (evento 0859680) Repactuação CCT 2022/2023 que impactou o valor do contrato em 5,71% (R\$ 108.680,04), a contar de 1º/01/2022. (garantia: R\$ \$ 5.434,00)	<u>R\$ 108.680,04</u>	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.011.949,88
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/07/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0859680** e o código CRC **CDC5799A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 78/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

De: SEAP

Para: SAOFC

Referência: Contrato n. 26/2018 – Prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado, firmado com a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - Pedido de Repactuação do ano de 2022.

Senhor Secretário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio do Ofício nº 37/2022 e anexos ([0816778](#)), enviada a este Tribunal via e-mail ([0816776](#)) a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda requereu a repactuação de preços do contrato em epígrafe, tendo em vista o advento, a partir de 01/01/2022, da Convenção Coletiva de Trabalho-CCT 2022/2023 (registrada no Ministério do Trabalho e Emprego em 11/01/2022), apresentando planilhas de custos com os cálculos da repactuação pretendida ([0816782](#)) e cópia da citada convenção coletiva ([0816783](#)).

Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa (evento [0816782](#)), esta unidade apresentou discondância quanto aos valores calculados pela contratada, apresentando nova planilha de custos (eventos [0823744](#) e [0823745](#)) com valores apurados pela unidade. Submeteu tal planilha/valores à contratada, com a fundamentação devida. Esta, por sua vez, concordou com os cálculos/planilha da SEAP, conforme e-mail de evento [0823744](#).

Pois bem. A convenção coletiva de 2022/2023, para efeito da repactuação pretendida, altera os seguintes itens na planilha de custos:

1. os salários de servente de limpeza de R\$ 1.256,25 para 1.397,58 (reajuste de 11,25%) - cláusulas terceira e quarta;
2. o auxílio alimentação de R\$ 440,00 para 500,00 - cláusula décima quinta;
3. o auxílio transporte de R\$ 100,00 para 112,00 - cláusula décima sexta, parágrafo sétimo

Além disso, a CCT 2022/2023 manteve o pagamento de adicional de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40%, aplicado sobre o salário mínimo nacional vigente (R\$ 1.212,00), conforme cláusula décima segunda.

Alterações nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços são decorrentes da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração e sobre a soma destes com insumos, despesas administrativas, lucro.

Com a repactuação de 2022 o valor mensal da prestação dos serviços contratados (21 postos de trabalho) passará dos atuais R\$ 80.974,95 (oitenta mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 90.031,62 (noventa mil, trinta e um reais e sessenta e dois centavos). Assim, o novo valor provocará um aumento na ordem de 11,18% (onze vírgula dezoito

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por centos) no valor mensal dos serviços contratados (percentual arredondado).

O quadro a seguir demonstra as alterações nos valores homem/mês e mensal, conforme planilhas de custos definitivas, calculadas por esta SEAP, constante do evento [0823745](#).

ção de Obra/Quantidades	VALOR ATUAL HOMEM/MÊS	VALOR ATUAL MENSAL 21 POSTOS	VALOR HOMEM/MÊS C/ REPACTUAÇÃO 2022	VALOR MENSAL C/ REPACTUAÇÃO 2022
Servente de Limpeza com insalubridade/21	R\$ 3.855,95	R\$ 80.974,95	R\$ 4.287,22	R\$ 90.031,62

Como consequência, o valor do contrato sofrerá atualização na ordem de 5,71% (cinco vírgula setenta e um por cento), conforme demonstrativo a seguir:

VALOR TOTAL ATUAL DO CONTRATO		(A)	R\$ 1.903.269,84
Valor atual mensal dos serviços (2021)	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2022	Valor do saldo atual do Contrato	
R\$ 80.974,95	12	(B)	R\$ 971.699,40
Estimativa de Horas Extras:		(C)	R\$ 24.000,00
VALOR DO SALDO ATUAL DO CONTRATO (B+C):		(D)	R\$ 995.699,40
Valor mensal c/ repactuação de (2022)	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2022	Valor atualizado do saldo do Contrato	
R\$ 90.031,62	12 meses	(E)	R\$ 1.080.379,44
Estimativa de Horas Extras:		(F)	R\$ 24.000,00
VALOR ATUALIZADO DO SALDO DO CONTRATO (E+F):		(G)	R\$ 1.104.379,44
VALOR DA REPACTUAÇÃO (G - D)		(H)	R\$ 108.680,04



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO (H/A):	(I)	5,710%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM A REPACTUAÇÃO DE 2022 (A+H)	(J)	R\$ 2.011.949,88

Como a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2022, data definida na CCT/2022/2023 como data base da categoria, haverá uma diferença a pagar relativa ao período de janeiro/2022 até o mês da sua formalização. A partir do mês seguinte, a contratada já emitirá Nota Fiscal com o valor mensal repactuado.

Para custeio do valor da Repactuação de 2022, haverá a necessidade de reforço no valor de **R\$ 108.680,04** (cento e oito mil seiscientos e oitenta reais e quatro centavos) na nota de empenho 2022NE000145.

Por todo o exposto, remeto os autos para análise e deliberação superior.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 04/05/2022, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0823785** e o código CRC **D3BB3083**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: **Pedido de Repactuação - CCT 2022 – Contrato n. 26/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 55 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de material de limpeza, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 26/2018 ([0363053](#)), o qual se encontra em plena vigência, nos termos da prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses anotada no Termo Aditivo 02 ao Contrato 26/2018 ([0609749](#)), com termo previsto em 01/01/2023.

02. Por intermédio de e-mail ([0816776](#)) e formalização do ofício de nº 37/2022–Licitações e Contratos, datado de 18/04/2022 ([0816778](#)), a contratada requereu pedido de repactuação dos preços do contrato supracitado, em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2022/2023. A Seção de Administração Predial (SEAP) juntou aos autos a planilha de repactuação enviada pela contratada ([0816782](#)) e CCT citada ([0816783](#)).

03. Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada, a gestora do contrato, verificou inconsistências nos seus cálculos e enviou e-mail a empresa ([0823744](#)), apresentando planilha corrigida ([0823745](#)). Em resposta, a empresa manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas, conforme consta no e-mail ([0823744](#)).

04. Ademais, na Informação n. 78/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0823785](#)), além dos fatos narrados acima, a unidade gestora noticiou que com a repactuação de 2022 o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ R\$ 80.974,95 (oitenta mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 90.031,62 (noventa mil trinta e um reais e sessenta e dois centavos), provocando um **aumento de 11.18% (onze virgula dezoito por cento) no valor mensal dos serviços contratados** e como consequência, o **valor da contratação deverá sofrer uma atualização de 5,710% (cinco vírgula setenta e um centos**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Sendo a repactuação ora em análise retroativa a 01/01/2022, haja vista a convenção ter estabelecido como data base da categoria, haverá diferença a pagar relativa ao período de janeiro/2022, até o mês que esta for formalizada. A partir do mês seguinte, a contratada emitirá NF com o valor mensal repactuado. A chefe da SEAP informa, também, que para o custeio da repactuação de 2021 será necessário o reforço da nota de Empenho 2022NE000145, pois o saldo atual não é suficiente para o custeio total da despesa no exercício, conforme a informação da gestão contratual nos autos ([0823785](#)).

06. Mediante o Despacho n. 894/2022 ([0823842](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta de apostila contratual; à COFC para programação orçamentária, e após à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

07. Assim, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA, complementa registrando que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 consta do processo SEI 0000150-54.2022.6.22.8000, consoante Despacho n. 523/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0823921](#)). Na sequência, a SPOF juntou aos autos o Pré-empenho e programação orçamentária no valor de **R\$ 108.680,04** para custear a repactuação pleiteada ([0824000](#)).

09. Por sua vez, a SECONT juntou a minuta da Apostila n. 03 ao Contrato n. 26/2018 ([0834197](#)), e a encaminhou a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa n. 160/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0834198](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005 – Plenário e 1563/2004 - Plenário.

11. Veja-se, ainda, o art. 55 da IN SLTI/MPOG n. 05/17:

Art. 55 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

12. Assim, pela análise técnica da gestão contratual, inclusive com relação aos cálculos, parece aplicável a regra da repactuação registrada no Contrato Administrativo nº **26/2018**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Clausula Vigésima Primeira** do Contrato nº 26/2018, evento **0363053**.

13. Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra, auxílio alimentação, **auxílio transporte e da manutenção do paramento de adicional de insalubridade aos trabalhadores que realização higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40% aplicado sobre o salário mínimo nacional vigente**, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação (**0816778**) e na análise da unidade gestora da contratação (**0823785**), situação prevista expressamente pelo art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusula contratual.

14. Deferida a repactuação aqui analisada, entende-se que se devem majorar os valores contratados desde 01/01/2022, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da **Clausula Vigésima Primeira**, verbis:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. (sem grifo no original)

15. *In casu*, para os serviços prestados até a presente data a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:**

Parágrafo único - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

III – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

16. Ressalte-se que o Contrato n. 26/2018 (0363053) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA DÉCIMA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

17. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA N. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

18. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (Grifou-se)

19. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela **cláusula décima** do ajuste, conforme já sistematizado no item VI da minuta constante do evento 0834197.

IV - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILAMENTO

20. Pois bem, juntou-se aos autos a minuta de Apostila n. 3 ([0834197](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

21. Destarte, a minuta de Apostila n. 3 ao Contrato nº 26/2018 está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V - CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade gestora do contrato, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da notícia de existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente (**0824000**), opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo deferimento da repactuação nos exatos termos demonstrados na Informação 78/2022 da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

unidade gestora ([0823785](#)) e planilha de cálculos ([0823785](#)), de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2022** ([0816783](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** do referido contrato;

b) pela consequente **atualização dos valores do Contrato nº 26/2018**, nos termos da Informação ([0823785](#)) e planilha de cálculos ([0823785](#)); e

c) pela observância de que como a repactuação pleiteada é retroativa 01/01/2022 e considerando que a contratada já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2022, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17.**

23. Verifica-se que os termos da minuta de Apostila carreada aos autos ([0834197](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, para cumprimento do **artigo 38, parágrafo único**, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta sua **aprovação aos referidos termos**.

24. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada no item VI da minuta de Apostila n. 3 ([0834197](#)), com previsão na **Cláusula Décima** do Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)).

25. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TER-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 08/06/2022, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0843033** e o código CRC **0B6A7ACF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP

ASSUNTO: Pedido de Repactuação - CCT 2022 – Contrato n. 26/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP – prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado.

DESPACHO Nº 887 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de material de limpeza, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 26/2018 ([0363053](#)), o qual se encontra em plena vigência, nos termos da prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses anotada no Termo Aditivo 02 ao Contrato 26/2018 ([0609749](#)), com termo final previsto em 01/01/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratada apresentou pedido de repactuação dos preços do contrato supracitado por intermédio de e-mail ([0816776](#)) e formalizou pelo Ofício nº 37/2022–Licitações e Contratos, datado de 18/04/2022 ([0816778](#)), em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2022/2023. Instruindo o pedido, juntou a planilha de cálculos da repactuação ([0816782](#)) e a CCT citada ([0816783](#)).

A Seção de Administração Predial (SEAP), unidade gestora da contratação, mediante Informação nº 78/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0823785](#)), comunica que ao analisar as planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada ([0816782](#)), verificou inconsistências nos cálculos e enviou e-mail à empresa apresentando planilha corrigida ([0823745](#)). Em resposta, a empresa manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas, conforme consta no e-mail juntado no evento [0823744](#).

Noticiou, ainda, que com a repactuação de 2022 o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 80.974,95 (oitenta mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 90.031,62 (noventa mil trinta e um reais e sessenta e dois centavos), provocando um **aumento de 11,18% (onze vírgula dezoito por cento) no valor mensal dos serviços contratados** (percentual arredondado). Como consequência, o **valor da contratação deverá sofrer uma atualização de 5,71%** (cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento), conforme a informação da gestão contratual nos autos. A unidade registrou, também, a necessidade de reforço no valor de **R\$ 108.680,04** (cento e oito mil seiscentos e oitenta reais e quatro centavos) na nota de empenho 2022NE000145 para o pagamento da diferença a ser faturada pela contratada, tendo em vista que o saldo atual é insuficiente para o custeio total da despesa no exercício.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para realizar o reforço na nota de empenho; à SECONT, com vistas à elaboração de minuta do instrumento contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0823842](#)).

Em cumprimento ao Despacho n. 894/2022-GABSAOFC ([0823842](#)), a COFC informa no evento [0823921](#) que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na sequência, a SPOF juntou o Pré-empenho ([0824000](#)), onde consta o registro do reforço orçamentário no montante de R\$ 108.680,04 (cento e oito mil seiscentos e oitenta reais e quatro centavos).

A SECONT carreteou a minuta da apostila n. 3 ao Contrato 26/2018 ([0834197](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0834198](#)).

Assim, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 55/2022 ([0843033](#)) em que opina pelo deferimento da repactuação nos exatos termos demonstrados na Informação n. 78/2022 da unidade gestora ([0823785](#)) e planilha de cálculos ([0823745](#)), de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2022** ([0816783](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, Acórdão TCU nº 1.563/2004-Plenário e art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, ademais, reprise-se, com expressa previsão na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA do referido contrato; **pela atualização dos valores do Contrato nº 26/2018**, nos termos da Informação ([0823785](#)) e planilha de cálculos ([0823745](#)), bem como atualização da **garantia contratual**, já sistematizada no item VI da minuta de Apostila n. 3 ([0834197](#)), com previsão na **Cláusula Décima** do Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)).

Ressalta, ainda, o fato de que a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2022 e considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2022, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17. Além disso, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, aprovou os termos da minuta de apostila nº 3 ao Contrato n. 26/2018 ([0834197](#)).

A SAOFC manifestou favorável ao deferimento da **repactuação de 11,18%** (onze vírgula dezoito por cento) ao **Contrato n. 26/2018** ([0363053](#)), sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1º/01/2022**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2022/2023** ([0816783](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018, combinado com o Acórdão TCU nº 1.563/2004 e art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG, por fim pela Cláusula Vigésima Primeira do Contrato originário. Manifestou-se, também, pela atualização do valor do Contrato nº **26/2018** ([0363053](#)), fixando seu novo valor em R\$ 2.011.949,88 (dois milhões, onze mil novecentos e quarenta e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nove reais e oitenta e oito centavos); pela autorização para reforço da Nota de Empenho 2022NE000145 em mais R\$ 108.680,04 e complementação da garantia contratual (Manifestação n. 236/2022 - [0843062](#)).

Conforme bem asseverado pela Assessoria Jurídica, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0822404](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0823785](#)), situação prevista expressamente pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18**, pelo **Acórdão Plenário TCU 1.563/04** e pelo **art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada e prevista em cláusula contratual.

Por oportuno, cabe registrar que a minuta da apostila n. 3 ao Contrato nº 26/2018 ([0834197](#)) foi devidamente aprovada pela AJSAOFC consoante itens 20 e 21 do Parecer Jurídico n. 55/2022 ([0843033](#)), em respeito ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que, nos termos da parte final da Informação nº 78/2022-SEAP ([0823785](#)), a necessidade de reforço da Nota de Empenho 2022NE000145 já está devidamente demonstrada nos autos, conforme Pré-empenho ([0824000](#)).

Em razão do exposto, pelo que consta dos autos e com base na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2022/2023 ([0816783](#)) e na planilha de cálculo corrigida ([0823745](#)), com fulcro no **artigo 1º, II, da Portaria GP nº 66/2018**:

1. Autorizo o registro da repactuação requerida no percentual de 11,18% (onze vírgula dezoito por cento) ao **Contrato nº. 26/2018** ([0363053](#)), sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1º/01/2022**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2022/2023** ([0816783](#)), com fundamento no [art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018](#), combinado com o [Acórdão TCU nº. 1.563/2004](#) e [art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG](#) e [Cláusula Vigésima Primeira do Contrato originário](#);

2. Determino a atualização do valor do Contrato nº 26/2018 ([0363053](#)), fixando seu novo valor em R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.011.949,88 (dois milhões, onze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos);

3. Detemino o pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **1º/01/2022**; e

4. Determino a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura da apostila, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, no valor de **R\$ 5.434,00** (cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da apostila, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, e ainda nos termos do § 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93 e Cláusula Vigésima Primeira do Contrato Originário.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/07/2022, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0858328** e o código CRC **227E4A61**.